



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

**Sexta-feira
(27/04)**

Manchetes

Jornal do Brasil: Rebelião em prisão de SP tem três defensores públicos feitos reféns

G1: Ministério dos Direitos Humanos monitora rebelião deflagrada na Penitenciária de Lucélia

Valor Econômico: Jungmann promete mais recursos à segurança a partir das loterias

Senado Notícias: Sistema Único de Segurança Pública será votado em breve pelo Senado

G1: Mãe deixa de carregar tornozeleira eletrônica e volta para a cadeia com bebê de 30 dias

Folha de S. Paulo: Policiais federais expõem, em livros, reflexões sobre rumos da corporação

Síntese das principais notícias

Controle Externo

Recursos à segurança: O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, anunciou nesta quinta-feira (26) que nos próximos dias o presidente Michel Temer irá assinar uma medida provisória destinando recursos para investimentos no setor ainda neste ano. Jungmann não adiantou o valor dos recursos, mas disse que serão "vultosos", e repassados a Estados e municípios por meio de "contratos de gestão". O ministro acrescentou que os recursos virão das "loterias esportivas" e das "novas apostas" da Caixa Econômica Federal que serão anunciadas em 2018. Notícia do **Valor Econômico**.

Votação do Susp: Senado noticia que nas próximas semanas os senadores votarão projetos como o PLC 19/2018, que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. De autoria do Poder Executivo, a proposta tramitou na Câmara dos Deputados como PL 3734/2012, e lá foi aprovada no dia 11, na forma do substitutivo do relator, o deputado federal Alberto Fraga. Agora, ela está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, com o senador



Antonio Anastasia como relator. O entendimento para votação da proposta é fruto de parceria entre os presidentes do Senado, Eunício Oliveira, e da Câmara, Rodrigo Maia.

Rumos da corporação: Livros recentes, escritos por policiais federais, indicam uma nova tendência de membros da PF de expor a um público mais amplo suas reflexões sobre as estratégias e os rumos da corporação. A prática coincide com o aumento do interesse por corrupção e segurança pública no Brasil. Notícia da **Folha de S. Paulo**.

Ponte para tráfico: Estado de Minas informa que o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, era usado como rota de uma quadrilha especializada em tráfico internacional de drogas. Investigações da Polícia Federal (PF) conseguiram identificar as ações do grupo e prender duas pessoas.

Fechamento de UPPs: G1 informa que o Gabinete de Intervenção Federal decidiu acabar com metade das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) do Rio de Janeiro. A decisão foi tomada em uma reunião entre a cúpula da intervenção com comandantes da Polícia Militar, realizada na manhã da última quinta-feira (26). Das 38 UPPs que existem no estado, duas já estão em processo de extinção, e mais 17 serão fechadas nos próximos meses. A decisão foi tomada com base em estudo da PM que aponta que certas unidades estão em locais de grandes confrontos, onde as forças de segurança já perderam o controle.

Sistema Prisional

Agravante em prisões: A **Folha de S. Paulo** fez um levantamento no Banco Nacional de Mandados de Prisão, base de dados criada pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça). De mais de 82 mil mandados de prisão por tráfico de drogas no Rio de Janeiro, em 41% dos casos o réu foi acusado ou condenado, também, por crime de associação ao tráfico, por ser morador de uma área dominada por facção. A média nacional é de 12%. Em São Paulo, de 10%. A combinação dos dois crimes faz com que a pena por tráfico no Rio seja, em média, quase dois anos maior do que a da Justiça paulista.

Rebelião em SP: Estadão informa que uma rebelião de presos acontece desde a tarde



de quinta-feira (26), na Penitenciária Estadual de Lucélia, no oeste do Estado de São Paulo. A Polícia Militar e agentes de segurança estão no local. Há fumaça saindo do interior do presídio, o que indica possíveis focos de incêndio. O Grupo de Intervenção Rápida (GIR), tropa treinada para atuar em motins carcerários, foi enviado para o local. O Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de São Paulo (Sindasp) deslocou três diretores da sede, em Presidente Prudente, para Lucélia. A unidade tem capacidade para 1.440 detentos, mas abriga 1.820. Outros 126 detentos estão abrigados na ala de progressão penitenciária.

Reféns: Jornal do Brasil e Folha de S. Paulo informam que três defensores públicos foram feitos reféns por presidiários que exigem melhores condições durante uma rebelião na Penitenciária de Lucélia, interior de São Paulo. Os detentos incendiaram colchões e quebraram portas. Os três foram feitos de refém pelos detidos após a entrada de um grupo de defensores que fariam uma vistoria na unidade, por volta das 9h de quinta-feira (26). Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), as negociações entre a polícia e os presos avançaram com a soltura do trio, mas a rebelião ainda não terminou.

DH monitora rebelião: O Ministério dos Direitos Humanos informou nesta sexta-feira (27) que está monitorando a rebelião deflagrada na Penitenciária de Lucélia, mantendo contato permanente com os órgãos estaduais envolvidos desde a tarde de quinta-feira (26). O ministro Gustavo Rocha mobilizou a Secretaria Nacional de Cidadania e a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos para atuar no caso. Os canais de denúncias de violações de direitos humanos da Ouvidoria Nacional já registraram 20 denúncias sobre a rebelião nas últimas 24 horas. Notícia do **G1**.

Helicóptero apreendido: UOL noticia que o helicóptero apreendido na última quinta-feira (26), em Arujá, na Grande São Paulo, passou a ser monitorado após investigações de que seria usado, no ano passado, para o transporte de Gegê do Mangue, apontado como principal líder do PCC em liberdade, assassinado no Ceará em fevereiro a mando de outra liderança do grupo. Segundo o delegado seccional de São Bernardo do Campo, Aldo Galeano, responsável pela operação, a fiscalização foi realizada a partir dos hangares em que os pilotos costumavam usar para sua manutenção. Gegê, entretanto, usou outra aeronave para a viagem.



Rotas do tráfico: Correio do Estado noticia que, além da prisão de três pilotos e a apreensão de um helicóptero suspeito de ser usado no tráfico internacional de cocaína, na quarta-feira (25), em Arujá (SP), a Polícia Civil de São Paulo acredita ter desmantelado esquema em que os profissionais ensinavam rotas da fronteira do Pantanal com a Bolívia fora do controle das autoridades a integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa que controla a entrada de drogas e armas nos limites de Mato Grosso do Sul. A aeronave era monitorada desde janeiro e, segundo a polícia, nos últimos quatro dias tinha 56 horas de viagem não registradas em bordo ou comunicadas à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Conexão com PCC: Metrôpoles noticia que a Polícia Civil do DF deflagrou, nesta sexta-feira (27), a 2ª fase da Operação Prólogo. Desta vez, os agentes cumpriram cinco mandados de prisão e cinco de busca e apreensão nas cadeias públicas do Novo Gama e Águas Lindas, ambos municípios no Entorno do Distrito Federal. Os alvos são internos desses presídios que se filiaram e tornaram-se membros do PCC. O objetivo é evitar que a facção criminosa crie uma célula na capital do país e se articule com as cadeias e regiões do Entorno.

Ordem e disciplina: Estadão informa que a penitenciária de Alcaçuz, localizada no município de Nísia Floresta, Rio Grande do Norte, onde, em janeiro de 2017, houve confronto entre membros das facções Primeiro Comando da Capital (PCC) e Sindicato do RN, resultando na decapitação de 24 presos, hoje conta com vários treinamentos aos Agentes Penitenciários do RN, possibilitando mudança de metodologia de trabalho. Embora o PCC tenha saído vitorioso sobre a facção Sindicato do RN, perdeu para o novo modelo empregado pelo Sistema Penitenciário naquele Estado, visto desde então que ordem e disciplina são emanadas e determinadas pelo poder público e não por membros de facção.

Prisão especial: O juiz Luiz Nazareno Borges Hausseler, da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Macapá, do Tribunal de Justiça do Amapá, autorizou prisão especial para os quatro policiais militares envolvidos na ação que terminou na morte de William Natividade Silveira, de 27 anos, no dia 22 de março, no bairro Congós, na Zona Sul da capital. A



corporação afirmou que William, acusado de praticar assaltos e de aterrorizar moradores da região, resistiu à prisão e esboçou reação contra os policiais, quando levou um tiro. A família contesta a versão. A medida ocorreu após pedido da defesa. Os presos serão transferidos para celas do quartel do Comando da Polícia Militar. Notícia do **G1**.

Apreensão em presídio: G1 noticia que o Ministério Público do Ceará apreendeu mais de 60 celulares, chips telefônicos e drogas durante uma operação na última quinta-feira (26) dentro da Casa de Privação Provisória de Liberdade (CPPL) III, em Itaitinga, Região Metropolitana de Fortaleza. Agentes do MPCE, do Grupo de Apoio Penitenciário (GAP) e policiais militares também localizaram diversos buracos cavados por detentos para tentar fugir do presídio. A inspeção na unidade prisional foi autorizada pela Vara de Corregedorias de Presídios.

Saída da prisão: G1 informa que na quinta-feira (27), 114 presos em uma operação policial contra a milícia em um sítio em Santa Cruz deixaram o Complexo Penitenciário de Gericinó. Outros 23 devem ser liberados ao longo desta sexta-feira (27). Entre os 159 detidos na operação, que aconteceu no dia 7 de abril, 137 tiveram a prisão preventiva revogada pelo juiz Eduardo Marques Hablitschek, da 2ª Vara Criminal de Santa Cruz.

Tornozeleira eletrônica: G1 noticia que mãe e filha de um mês estão presas na Penitenciária Feminina do Paraná (PFP), em Piraquara, na Região de Curitiba desde a noite de quarta-feira (25). Ambas passaram por exames médicos e estão bem, de acordo com o governo estadual. A prisão ocorreu porque a condenada de 33 anos descumpriu as condições do regime aberto com monitoramento eletrônico ao deixar a tornozeleira eletrônica descarregar. A Defensoria Pública do Estado do Paraná pediu à Justiça que a mulher cumprisse prisão domiciliar, o que foi acatado pelo Ministério Público do Paraná (MPPR), mas negado pela Vara de Execução de Penas de Réus ou Vítimas Femininas e de Medidas de Segurança de Curitiba na quinta-feira (26).